



INTERCEPTANDO CURRÍCULOS:

produzindo novas subjetividades

Ada Beatriz Gallicchio Kroef

RESUMO - *Interceptando currículos: produzindo novas subjetividades.* O presente artigo consiste num exercício analítico que enfoca a política cultural enquanto currículo. Currículo entendido como prática subjetivante. Prática capaz tanto de reafirmar os movimentos de reterritorialização, através das representações e dos investimentos nos territórios identitários, quanto de apontar as possibilidades de rupturas, cortes, intercepções de fluxos/desejos. O exercício de análise visa cartografar a escola como uma máquina que produz espaços lisos e estriados. Uma máquina produtora e produzida por movimentos simultâneos de capturas e rupturas, com possibilidades de *tornar-se* um *devir* que denomino de *zona catalisadora de saberes*. Para tanto utilizo conceitos de autores como Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault. Os conceitos elencados são: cultura(s), subjetividade capitalística e seus movimentos de desterritorialização e reterritorialização, identidade(s), poder-saber, máquina(s), processos criativos ou processos de singularização. **Palavras-chave:** *currículo, política cultural, subjetividades, zona catalisadora de saberes, processos e cortes.*

ABSTRACT – *Intercepting curricula: producing new subjectivities.* The present article consists of an analytic exercise that focuses on cultural policy as curriculum. Curriculum is understood as a subjectifying practice, a practice capable of both reassuring the movements of re-territorializing, through representation and investments in the identity territories, and pointing out to possibilities of rupture, breaks, and flow/desire interceptions. This analysis exercise points toward mapping the school as a machine that produces smooth and wrinkled spaces. A machine that produces (and is produced by) simultaneous movements of rupture and capture, with the possibility of *becoming*, what I call *knowledge catalyzer zone*. For such, I use concepts from authors such as Gilles Deleuze, Félix Guattari and Michel Foucault. The concepts featured in the paper are culture, capitalistic subjectivity and its de-territorializing and re-territorializing movements, identity(ies), power-knowledge, machine(s), creative processes or singularization processes.

Key-words: *curriculum, cultural policy, subjectivities, knowledge catalyzer zone, processes and breaks.*

O presente artigo¹ consiste num exercício analítico que enfoca a política cultural enquanto currículo. Currículo entendido como uma prática subjetivante. Prática capaz tanto de reafirmar os movimentos de reterritorialização, através das representações e dos investimentos nos territórios identitários, quanto de apontar as possibilidades de rupturas, cortes, intercepções de fluxos-desejos.

O exercício de análise visa cartografar a escola como máquina que produz espaços lisos e estriados. Uma máquina produtora/produzida por rupturas e capturas. Desta forma qualificar a escola como máquina não implica em submetê-la a contradições e bipolaridades, mas em considerá-la em seus movimentos simultâneos, velozes e efêmeros de reterritorialização, quando a escola captura os saberes em nome de um currículo, em nome da cultura, e de desterritorialização, quando corta fluxos, intercepta o currículo, (re)ativa saberes, rompendo com as distribuições e organizações hierárquicas, através de trocas que acessam diferentes universos existenciais constitutivos dos processos criativos. Aponto possibilidades da escola *tornar-se* um devir que denomino *zona catalisadora de saberes*, utilizando conceitos, como ferramentas, de autores como Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault. Os conceitos elencados são: cultura(s), subjetividade capitalística e seus movimentos de desterritorialização e reterritorialização, identidade(s), poder-saber, máquina(s), processos criativos ou processos de singularização.

Martelando conceitos

Os conceitos, por mim elencados, abordam uma concepção de mundo, entendido como um acontecimento, uma multiplicidade que, enquanto tal, não se distribui em pares binários, em oposições ou dicotomias. Trata-se de um mundo imanente ao universo que atravessa este estudo cartográfico.

Faz-se necessário traçar um breve esboço de como Deleuze e Guattari concebem este mundo. Para eles, é produção de fluxos e cortes em qualquer nível, direção e sentido. Cortes são intercepções que implicam, alteram os fluxos. Os elementos, os componentes, os pedaços, as partes, os objetos parciais, as *máquinas* funcionam ao mesmo tempo como fluxo e corte. As *máquinas*, acopladas umas às outras, são sempre “cortes-fluxos, de onde brota o desejo, e que são a sua produtividade, fazendo sempre a inserção do produzir no produto” (Deleuze & Guattari, s/d, p. 40). Neste processo, “o desejo faz constantemente a ligação de fluxos contínuos e de objetos parciais, essencialmente fragmentários e fragmentados. O desejo faz correr, corre e corta” (Ibidem, p. 11).

Na perspectiva de Deleuze e Guattari, o desejo não está relacionado à falta, não implica em nenhuma necessidade, porque não há centro referencial. O desejo corta/liga linhas de forças de processos mutantes de produção do mundo, produzindo a diferença. Desejo é fluxo e não falta, vontade, necessidade, pois não há sujeito. Há produções, produção de produção: autopoiese. “Já não há

homem nem natureza, mas unicamente um processo que os produz um no outro, e liga as máquinas. Há por todo o lado máquinas produtoras ou desejan-tes. (...) eu e não-eu, exterior e interior, já nada querem dizer” (Ibidem, p. 8).

Cultura(s), subjetividades e identidade(s)

Entendendo que a cultura é imanente à produção do mundo, sendo produto/ produtora de identidades e subjetividades, apresento uma discussão preliminar de suas relações, matizadas pela noção de poder-saber proposta por Michel Foucault.

O conceito de cultura varia conforme diferentes abordagens e fundamentações teórico-metodológicas. É importante destacar que, neste artigo, não será realizada uma revisão dessas diferentes definições e, conseqüentemente, das formas de analisar as produções culturais; mas, serão apontados alguns elementos que constituem uma certa noção de cultura que utilizo em minhas análises.

A concepção que exponho inscreve-se entre as análises ditas pós-modernas, apresentando aproximações com as perspectivas pós-estruturalistas e com os Estudos Culturais. Tem em comum com as mesmas a desnaturalização da existência de um único ponto central irradiador de uma cultura, por considerar as pluralidades e a desconstituição da dicotomia erudito/popular, tão cara às concepções e análises modernas, marcadas pelo evolucionismo e eurocentrismo. Nesta perspectiva, cultura não se apresenta de forma homogênea e monolítica, mas sim plural, polifônica e, por isso, é considerada “culturas”. Culturas que envolvem trocas de saberes e conhecimentos com orientações e composições variadas, ao contrário de concepções fundamentadas no pensamento moderno, que elegem uma cultura dominante enquanto modelo civilizatório e/ou coeficiente de medição, produzindo a binariedade erudito/popular; logo, determinando quem possui ou não possui Cultura e Conhecimento.

A concepção apresentada a seguir associa culturas e saberes não como centros, uma vez que se utiliza de uma leitura foucaultiana baseada na categoria poder-saber, que aborda o poder como algo que circula e se processa em rede. O poder consiste em relações de forças, configurando práticas ou saberes. Segundo Foucault (1996, p. 83): “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede”.

As culturas são constituídas por saberes. Deleuze (1992) entende a concepção foucaultiana de saberes como *formas* de relações de forças, *formas* de poderes. O autor afirma sobre a relação entre os conceitos de saber e poder que:

o poder é precisamente o elemento informal que passa entre as formas de saber, ou por baixo delas. Por isso ele é dito microfísico. Ele é força, e relação de forças, não forma. E a concepção das relações de forças em Foucault, prolongamento de Nietzsche, é um dos pontos mais importantes de seu pensamento. É uma outra dimensão que não a do saber, ainda que o poder e o saber constituam mistos concretamente inseparáveis (p. 122-125, grifos meus).

Na obra *Foucault*, Deleuze (1988) aponta que:

*entre o poder e o saber há diferença de natureza, heterogeneidade; mas há também pressuposição recíproca e capturas de natureza, já que o poder não passa por formas, apenas por forças. O saber diz respeito a **matérias formadas (substâncias)** e a **funções formalizadas, repartidas segmento a segmento sob as duas condições formais, ver e falar, luz e linguagem (...)** (p. 81).*

Assim, percebe-se que, nesta pressuposição recíproca, o saber captura o poder, mudando sua natureza, dando-lhe forma. Esta captura também pode ocorrer no sentido inverso: o poder alterar a natureza do saber. Daí, uma categoria inseparável, poder-saber. Enquanto *agenciamento prático*², os saberes agregam um número indefinido de substâncias de expressão, envolvendo uma heterogeneidade de componentes com orientações diferentes em um estrato ou contexto histórico. Diferente da formalização científica, os saberes são periféricos, locais, regionais, com sentidos e vetores variados. Foucault (op. cit., p.170) afirma que o saber das pessoas “não é de forma alguma um saber comum, um bom senso mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam”.

Na medida em que o saber está articulado ao poder e que este se processa em rede e produz relações, é possível argumentar que a produção cultural acarreta movimentos e mutações imanentes ao processo de criação do mundo produzido pela diferença – diferença que se afirma na diferença, cortando os fluxos traçados pelas noções de origem, identidade, semelhança e igualdade, característicos da subjetividade *capitalística*.

Deleuze e Guattari entendem que a subjetividade é coletiva, produzida por componentes materiais e imateriais heterogêneos. Subjetividade pressupõe territorialidades, onde a noção de território envolve as transversalizações entre os seres humanos e o não-humano.

Os territórios dos modos de subjetivação são propostos não no sentido de fronteiras político-geográficas aplicadas aos movimentos sociais, nem como resíduos de centros referenciais relativizados, mas como velocidades finitas que produzem uma composição, conformam uma corporeidade e possuem contornos provisórios, singulares, num movimento infinito. Os territórios sustentam comportamentos e, neles, desemboca pragmaticamente toda uma série de

práticas e de investimentos nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos. Deleuze e Guattari não associam a subjetividade às identidades. As identidades são consideradas territórios da subjetividade *capitalística*.

A subjetividade *capitalística* consiste em um dos modos de subjetivação, capturando os componentes heterogêneos com o objetivo de torná-los estereotipados através de sobrecodificações, isto é, da produção de significados reduzidos e limitados, a fim de garantir a reprodução da lógica dominante, da lógica do capital. Os territórios capitalísticos correspondem à referência e ao reconhecimento em um determinado padrão – subjetividade fechada em si mesma, em identidades.

Esta subjetividade, a *capitalística*, investe na sujeição pelo controle do signo através da produção de sentidos (modelos). Estereótipos são produzidos de forma semelhante às linhas de montagens e incorporados nas existências particulares, modelando comportamentos, distribuindo as pessoas em identidades já reconhecidas, padronizando ações pelas representações. Este é um processo de homogeneização onde as diferenças são absorvidas e distribuídas em identidades, idades, sexos, etnias com comportamentos preestabelecidos e previsíveis. Tal processo consiste em um movimento de captura, de pasteurização³, de banalização da subjetividade produzida, caracterizando um determinado território que constitui a formação de quadros identitários, ou seja, as identidades. Segundo Guattari (1986):

a identidade é aquilo que faz passar as diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável (...) o que interessa à subjetividade capitalística não é o processo de singularização, mas justamente o resultado de sua circunscrição aos modos de identificação dessa subjetividade dominante (p. 68-69).

Conforme essa perspectiva, a produção de identidades é uma estratégia de controle porque opera através do esquadrinhamento, da seleção de elementos característicos e da diferença opositiva. Ao mesmo tempo que agrupa, segrega e imobiliza, levando às reterritorializações e ao fechamento de grupos sobre si mesmos.

Esta concepção distingue-se das categorizações que procuram diferenciar as identidades globais das identidades locais, atribuindo às identidades uma positividade inserida num processo em constante transformação. A diferença entre essas categorizações e os autores aqui tratados radica na noção de representação. Para Deleuze e Guattari, representação e identidades são elementos inseparáveis que levam ao fechamento em territórios e implicam num imobilismo porque operam pela equivalência, quando da fixação de um referente que funciona como centro operador de sobrecodificações. Eles abandonam a representação porque consideram os territórios como composições provisórias marcadas pela exterioridade.

As possibilidades de escapar e de criar novas relações e sentidos, rompendo com padrões preestabelecidos, caracterizam os movimentos de desterritorializações, as linhas de fuga, através dos *processos criativos* de singularização afirmados pela diferença. Estes processos de singularização constituem *arranjos maquínicos do desejo e coletivos de enunciação*⁴, conferindo novos sentidos às relações impositivas, aos códigos capitalísticos. Simultaneamente, produzem-se reterritorializações, ou seja, reapropriações dos processos desterritorializantes, gerando capturas que investem num controle sobre condutas e comportamentos previsíveis com base na equivalência⁵.

As noções apontadas pertencem a uma perspectiva teórica que abandona as oposições binárias e as identidades, pois afirmar a(s) identidade(s) é afirmar a lógica moderna que se sustenta na dicotomização entre o real e a representação. Esta concepção de representação, já analisada por Foucault (1981), consiste na separação do homem enquanto sujeito do conhecimento e objeto do saber. A representação passa a ser a ordenação das manifestações desordenadas na natureza. Tal ordenação é realizada pelo rebatimento do Outro (não-ser) sobre o Mesmo (ser), garantindo a legitimidade do conhecimento e da consciência através da categoria da semelhança. Esta adequação e suas derivações, que posicionam sujeitos nas discursividades, constituem o processo de identificação, uma vez que identificar é tornar o Outro o Mesmo. Portanto, para a identidade, a diferença é a negação da igualdade. Esta perspectiva, fundamentada pela lógica dialética, "(...) somente introduz a diferença na identidade ou a negatividade no ser, proclamando a unidade dos contrários com o fim de salvaguardar o sentido copulatório do ser. A diferença é necessária à identidade para que a identidade se mantenha como sentido primeiro"(Decombes, 1988, p. 61-62). A diferença como negação da identidade garante a eleição de um modelo como centro original.

As representações agregam elementos que servem como territórios originais, os quais são confrontados pelo critério de igualdade. Estas identidades prometem o retorno à origem ou a um centro historicamente construído, caracterizando um rebatimento com o território original operado pela equivalência. Neste sentido, tanto a representação como as identidades sustentam a lógica *capitalística*, investindo num imobilismo por enquadramento. A lógica *capitalística* utiliza os materiais diferenciais, que escapam dos territórios identitários existenciais, e os transforma em componentes a serem operados por equivalência ou homogeneização em um novo padrão.

Esses movimentos provocam mudanças e adaptações características da Modernidade. A Modernidade, segundo Baudrillard (1982), constitui-se num modo de civilização, num modo de vida eurocêntrico que atribui ao Homem – com letra maiúscula e no singular – um valor transcendente. Este valor correspondente à Humanidade torna a Modernidade um modelo cultural.

Este autor aponta a capacidade de adaptação e amálgama como uma mudança característica da Modernidade, durante o processo de descolonização do

mundo, que marca o relativismo cultural. Assim, ocorre uma reincidência da Modernidade, passando por uma ressurgência da tradição, sem que esta última tenha um sentido conservador. Aqui, é preciso salientar que as tradições são absorvidas como elementos legitimadores de autenticidade ou originalidade das diferentes culturas reconhecidas/reconhecíveis em identidades, que corroboram para a reprodução do capitalismo e da subjetividade *capitalística*.

A lógica da equivalência generalizada (*capitalística*) lança categorias homogeneizantes que pressupõem a diferença enquanto negação da igualdade. Entretanto, o sistema capitalista atual, para se reproduzir, não investe numa monolitização cultural. O capitalismo pós-50 transforma-se, na medida em que investe nas distinções, caracterizando assim, a *sociedade de controle*⁶, que faz passar os diferentes códigos por quadros equivalentes, visando à formação de identidades e a ampliação de seus mercados, ou seja, o mercado das identidades.

A Antropologia, em meados do século XX, ao estudar as manifestações culturais, procura aproximar a Psicologia da Sociologia. O relativismo cultural, impregnado pelo Estruturalismo, lança novas perspectivas de análise acerca de cultura:

A noção de estrutura começa a sua brilhante carreira; (...) Em toda a parte descobrem-se estruturas descontínuas e unidades distintas: átomos, partículas, gêneses, elementos da linguagem, fonema e morfemas, etc. Muito notavelmente, os conceitos de descontinuidade, de estrutura, de tipo, de forma passam para a linguagem para ganhar a generalização; eles devem submeter-se a uma dupla exigência: entrar no discurso, servir para explicar o discurso (Lefebvre, 1969, p. 210).

Na singularidade proposta por Foucault, (op. cit., p.15) na genealogia, as categorias de semelhança, origem e história são renunciadas. A singularidade dos acontecimentos, as descontinuidades e a afirmação da diferença atribuem a cada “coisa sua medida e intensidade”; por isto, são incomparáveis e incommensuráveis. Na perspectiva da singularidade do acontecimento, não há totalidade, mas multiplicidades mutantes, marcadas por saltos, proveniências e emergências.

Deleuze e Guattari também compartilham dessa concepção nietzscheana de singularidade, em contraposição às intenções generalizantes do Estruturalismo e suas derivações:

Os estruturalistas se regozijaram em erigir o Significante como categoria unificadora de todas as economias expressivas: a língua, o ícone, o gesto, o urbanismo, o cinema, etc. Postularam uma traduzibilidade geral significante de todas as formas de discursividade. (...) Certamente, as linhas de decifração significante, compostas por figuras discretas, binarizáveis, sintagmatizáveis e paradigmaticizáveis, podem coincidir de um universo a outro e dar a ilusão de

que uma mesma trama significativa habita todos estes domínios. Mas o mesmo não ocorre com a textura desses universos de referência, que são marcados, a cada vez, com o selo da singularidade (Guattari, 1992, p. 49-50).

A singularidade, para estes autores, é produzida em uma perspectiva genealógica como um acontecimento, como uma emergência de proveniências descontínuas e exteriores; e é produto da diferença, criação que não remete a nenhuma identidade como elemento original, intrínseco, historicamente constituído. Foucault (op. cit., p.15) salienta: “(...) para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos”. Ele prossegue: “A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento (...). Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria, é demarcar os acidentes”.

Foucault (Ibidem, p. 34-35) menciona que a genealogia proposta por Nietzsche é caracterizada pelo “sentido histórico”, assinalando que Nietzsche retoma o uso da história como

o respeito às antigas continuidades [que] torna-se dissociação sistemática (...) a dissociação sistemática de nossa identidade. Pois esta identidade, bastante fraca contudo, que nós tentamos assegurar e reunir sob uma máscara, é apenas uma paródia: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam (...). E, em cada uma destas almas, a história não descobrirá uma identidade esquecida sempre pronta a renascer, mas um sistema complexo de elementos múltiplos, distintos, e que nenhum poder de síntese domina (grifos meus) .

Nietzsche rebate o uso histórico da dissociação sistemática com a genealogia, a qual “não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário obstinar-se a dissipá-la; (...) ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam” (Ibidem, p. 35).

As narrativas históricas, quando se pretendem explicativas, não buscam uma verdade única e eterna, mas constituem um sistema interpretativo. Sistema que imprime uma constante a sinais legitimados como verdades por um “regime de verdade”, o qual corresponde, na acepção de Foucault (Ibidem, p. 12) à condição de que

a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns dos outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção de verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

O uso da história – seja no singular, como unidade, seja no plural como dissociação –, enquanto uma construção explicativa, que estabelece ordenações contínuas para entender o presente é duramente refutado por Nietzsche. Foucault (Ibidem, p. 37) aponta que:

Nietzsche criticava esta história crítica por nos desligar de todas as nossas fontes reais e sacrificar o próprio movimento da vida apenas à preocupação com a verdade. (...) Nietzsche retoma por sua conta própria o que ele então recusava. Ele o retoma, mas com uma finalidade inteiramente diferente: não se trata mais de julgar nosso passado em nome de uma verdade que o nosso presente seria o único a deter. Trata-se de arriscar a destruição do sujeito de conhecimento na vontade, indefinidamente desdobrada, de saber.

Assim, afirmando Nietzsche, as abordagens de Deleuze, Guattari e Foucault divergem das concepções que tratam as histórias e as identidades como suturas e articulações das diferenças em relação a um centro erigido como eixo de poder.

A partir dessas considerações a respeito de identidades e subjetividades, foi possível compreender em que sentido Guattari trata a noção de cultura(s), relacionada à noção de territórios da subjetividade *capitalística*.

O surgimento da concepção de cultura é produto do modo civilizacional moderno que se constitui, concomitantemente, com a transição do sistema capitalista. O modo moderno cria várias divisões relacionadas ao pensamento: Sujeito-Objeto, Homem-Natureza e, respectivamente, Cultura-Natureza. Tal construção de cultura desdobra-se em relativismos que a pluralizam, a massificam, a sobrecodificam, mas ela continua relacionada às estratégias de reprodução, realimentando o capitalismo, o qual afirma a(s) cultura(s) como territórios de um modo de subjetivação – a subjetividade *capitalística*. Por isto, Guattari abandona o termo cultura quando se refere aos territórios que compõem os modos de subjetivação.

Em *Micropolítica: cartografias do desejo*, Guattari (1986) afirma que só existe uma cultura, a *capitalística*:

É uma cultura sempre etnocêntrica e intelectocêntrica (ou logocêntrica), pois separa os universos semióticos das produções subjetivas. Assim como o capital é um modo de semiotização que permite ter um equivalente geral para as produções econômicas e sociais, a cultura é o equivalente geral para as produções de poder. As classes dominantes buscam essa dupla mais-valia econômica, através do dinheiro, e a mais-valia de poder, através da cultura (p. 23-24).

O capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. O lucro capitalista não se reduz ao campo da mais-valia econômica; ele prevê, também, a tomada de poder da subjetividade.

Esta cultura *capitalística* possui proveniências associadas ao processo de transformação do capitalismo. Deste modo, Guattari propõe, para a análise da *cultura-mercadoria* ou *cultura de massa*, três sentidos do termo cultura.

O primeiro sentido corresponde a um julgamento de valor que determina *quem tem e quem não tem cultura*. Tal valor encontra-se ligado à noção de cultura como um bem, um conhecimento adquirido, que institui a hierarquização e a classificação de seus detentores nos estágios da civilização. A *cultura-valor* é um elemento da Modernidade, como um modo que pretende implementar, em larga escala, os valores ocidentais europeus.

O segundo sentido, ou a *cultura-alma coletiva*, está relacionado ao processo de relativização do eurocentrismo. Portanto, a cultura já não se encontra mais vinculada ao par “ter ou não ter”, uma vez que “todo mundo tem cultura”, já que ela está ligada à identidade cultural, demarcando territórios coletivos a serem reivindicados e reafirmados pelos seus componentes originais.

A terceira noção de cultura desdobra-se da produção de objetos semióticos que correspondem à *cultura de massa*. Esta cultura agrega todos os bens, equipamentos, pessoas, referências teóricas e ideológicas, enfim tudo o que contribui para a produção de objetos semióticos difundidos num mercado determinado de circulação monetária e estatal. No entendimento de Guattari, esses três sentidos funcionam ao mesmo tempo. Há uma complementariedade entre esses três tipos de núcleos semânticos. A produção dos meios de comunicação de massa e a produção de subjetividade *capitalística* geram uma cultura com vocação universal denominada de *força coletiva de controle social*, a qual tolera territórios subjetivos, que escapam, relativamente, a essa cultura geral. Deste modo, a produção *capitalística* produz suas margens, equipando novos territórios subjetivos e encorajando formas de culturas particularizadas, a fim de que as pessoas se agreguem, de algum modo, num novo território.

Para Guattari (Ibidem, p.15), o conceito de cultura é reacionário, na medida em que se conforma como

uma maneira de separar as atividades semióticas (atividades no mundo social e cósmico) em esferas às quais os homens são remetidos. Tais atividades, assim isoladas, são padronizadas, instituídas potencialmente ou realmente e capitalizadas para o mundo de semiotização dominante, simplesmente cortadas de suas realidades políticas.

Máquina(s)

A configuração da escola como *zona catalisadora de saberes* remete à concepção de máquina. O termo *máquina*, para Guattari e Deleuze, envolve uma noção de *arranjo* de multiplicidades. As escolas constituem *arranjos maquínicos*, que podem configurar-se em *máquinas de guerra*⁷,

ou em *máquinas de Estado*. As *máquinas de guerra* e as *máquinas de Estado* produzem espaços diferentes: “ (...) Enquanto a máquina de guerra, tenta construir o espaço liso sobre as linhas de fuga, os aparelhos de Estado instauram o espaço estriado, da coerção” (Deleuze & Guattari, op. cit., p. 66). O espaço é estriado por muros, cercados, e caminhos entre os cercados. O espaço *nômade* é liso, marcado apenas por traços que se apagam e se deslocam do trajeto. A variação, a polivocidade, a diversidade de direções é um traço essencial dos espaços lisos. O espaço *nômade* é localizado, não delimitado. O espaço estriado é, ao mesmo tempo, limitado e limitante nas suas partes, às quais são atribuídas direções constantes, divisíveis por fronteiras.

Uma das tarefas fundamentais do Estado é estriar o espaço liso, vencer o nomadismo, controlar as migrações. Sempre que é possível, o Estado investe em processos de captura sobre os fluxos. Para tanto, são necessários trajetos fixos, com direções bem determinadas, que limitem a velocidade, regulem as circulações e que mensurem, nos seus detalhes, os movimentos:

(...) e cada vez que há operação contra o Estado, indisciplina, motim, guerrilha ou revolução enquanto ato, dir-se-ia que uma máquina de guerra ressuscita, que um novo potencial nomádico aparece, com reconstituição de um espaço liso ou de uma maneira de estar no espaço como se fosse liso. É nesse sentido que a réplica do Estado consiste em estriar o espaço, contra tudo que ameça transbordá-lo (ibidem, p. 60).

Nesta concepção, entende-se o nomadismo como um vetor de fuga, de desterritorialização, onde:

O nômade com sua máquina de guerra opõe-se ao despota com sua máquina administrativa; a unidade nomádica extrínseca se opõe à unidade despótica intrínseca. (...) nômade não é forçosamente alguém que se movimenta: existem viagens num mesmo lugar, viagens em intensidades, nômades não são aqueles que se mudam à maneira dos migrantes, ao contrário, são aqueles que não mudam, e põem-se a nomadizar para permanecerem no mesmo lugar, escapando dos códigos (Deleuze, 1992, p. 66).

A *máquina de guerra* é um arrançamento que se constrói sobre linhas de fuga. O *nômade* pode ser chamado de *desterritorializado*, justamente porque a reterritorialização não se faz depois, como o migrante, nem em outra coisa, como no sedentário: “(...) com efeito, a relação do sedentário com a terra está mediatizada por outra coisa, regime de propriedade, aparelho de Estado...” (Deleuze & Guattari, op.cit., p. 66). A desterritorialização, para o *nômade*, constitui sua relação com a terra; ele se desterritorializa na própria desterritorialização. A terra se desterritorializa ela mesma, de modo que o *nômade* encontre um território: “(...) a terra deixa de ser terra, e tende a tornar-se simples solo ou suporte” (Ibidem, p. 53). Numa cartografia, é possível mostrar como as *máqui-*

nas de Estado se apropriam das *máquinas de guerra*. *Máquinas de guerra* que são sempre exteriores ao Estado, mesmo quando o Estado se serve delas e delas se apropria.

Processos criativos ou processos de singularização

As criações associadas às diferenças são complexas e operam rupturas, na medida em que escapam da lógica da representação. Representar pressupõe uma duplicidade em torno do original e da cópia. Portanto, a representação está ligada à semelhança, à reprodução mais ou menos fiel, mais ou menos igual do modelo, do padrão ideal. As criações não partem deste fundamento baseado na equivalência que sustenta a lógica *capitalística*. Sem visar ao retorno ou à semelhança com um modelo escolhido como origem ou padrão, os *processos criativos* produzem novas relações, compondo, através da pluralidade, novos referenciais, novos significados. Eles são desterritorializantes e transformadores porque não reproduzem a lógica dominante, porque fogem da homogeneização (padronização), porque se constituem no exercício da diferença.

É importante destacar que a diferença não está colocada em relação à igualdade, cuja oposição é a desigualdade baseada na mesma escala quantificável em torno de gradações hierarquizantes, e, também, não expressa distinção. O sistema capitalista produz desigualdades, fabrica injustiças e contrastes e tem como princípio o equívoco generalizado, garantindo a reprodução de capital e o controle pela subjetividade. A diferença, quando absorvida pela lógica *capitalística*, é tornada distinção, ou seja, é transformada em bem distintivo, demarcador das hierarquizações, indicativo de prestígio, simulando uma mobilidade social e reproduzindo uma variada gama de formas de controle.

Neste sentido, a distinção é consumida enquanto comportamentos e posturas associados a um produto/mercadoria. Atualmente o capitalismo, não é mais orientado para a produção, mas “dirigido para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado” (Deleuze, op.cit., p. 223). Assim, controle e lucro são sustentados pela noção de igualdade/ identidade/semelhança e expandidos pelo fomento às distinções. Já a diferença, relacionada aos *processos criativos*, indica possibilidades de ruptura.

Os *processos criativos* fogem das delimitações instituídas pela subjetividade *capitalística*. Guattari (1992) aponta que a subjetividade *capitalística* apóia-se em referentes como o Capital, o Significante e o Ser.

O Capital esmaga sob sua bota todos os outros modelos de valorização. O Significante faz calar as virtualidades infinitas das línguas menores e das expressões parciais. O Ser é como um aprisionamento que nos torna cegos insensíveis à riqueza e à multivalência dos Universos de valor, entretanto, proliferam sob os nossos olhos (p. 29).

A homogeneização da lógica *capitalística* investe na neutralização das criações que possibilitam a produção de novos sentidos, a invenção de novas maneiras de nos relacionarmos com o mundo. “(...) a homogênesse capitalística do equívaler generalizado, faz com que todos os territórios apropriativos sejam referidos segundo uma mesma escala econômica de poder, e que todas as riquezas existenciais caiam sob o jugo do valor de troca” (Ibidem, p. 42).

O processo é sempre mutante e constituído por movimentos de fuga, de rupturas com os limites e os códigos estabelecidos, e por capturas, que conformam fronteiras freqüentemente absorvidas e pausterizadas pela lógica *capitalística*, para a configuração de modelos identitários que operam homogeneizações.

Os *processos criativos* compõem um cruzamento de multiplicidades, sendo, por isso, coletivos, polifônicos, heterogêneos. Eles não remetem exclusivamente aos processos artísticos. Isto quer dizer que alguns processos artísticos são formas de *processos criativos*, mas não são as únicas formas criativas existentes. Os processos são criativos, quando rompem com as reproduções de valores, de idéias, de comportamentos, de relações de forças e renunciam as representações nos mais diversos planos: estéticos, éticos e políticos. Eles produzem conceitos, engendrando os *conceptos*, *perceptos* e *afectos*. Os *conceptos* referem-se às *novas* maneiras de pensar; os *perceptos* abrangem as *novas* maneiras de ver e ouvir, constituindo os saberes; e os *afectos* apresentam as *novas* maneiras de sentir e de afetar, enquanto relações de poderes, de forças. Deleuze (1992) aponta que o conceito comporta duas outras dimensões, as do *percepto* e do *afecto*:

Os perceptos não são percepções, são “pacotes de sensações” de relações que sobrevivem àquelas que os vivenciam. Os afectos “não são sentimentos, são devires que transbordam aquele que passa por eles”. (...) O afecto, o percepto e o conceito são três potências inseparáveis que vão da arte à filosofia e vice-versa (p. 223-224).

As produções criativas desterritorializam a educação e o currículo enquanto função normativa. A aprendizagem inserida nos *processos criativos* importa em gerar e apreender universos referenciais que escapam dos limites territoriais, instituindo novos limiares, novas aberturas, ou seja, trânsitos por novos territórios. As produções artísticas e criativas não possuem compromisso com as coordenadas espaço-temporais que organizam as proposições de uma ciência *régia*. Elas são transformadoras, porque desestabilizam o instituído, escapam à ordem regida pela razão, misturam os códigos, produzem novos sentidos, saindo dos espaços de composição já conhecidos.

Zona catalisadora de saberes

A Química concebe os *catalisadores* como “substâncias que possuem a propriedade de aumentar a velocidade de uma reação, sem sofrerem modificações químicas” (Lembo & Sardella, 1981, p.141). As reações em que atuam são chamadas de *processos de catálise*. A *catálise* consiste numa modificação de velocidade de uma reação química pela presença e atuação de uma *substância que não se altera* no processo. Neste artigo, o sentido para o termo *catalisador* diferencia-se da Química, na medida em que é proposto como uma zona de intensidades sem centro, que modifica as velocidades e a direção dos fluxos com capacidade de possibilitar novas configurações, *modificando-se radicalmente no processo*.

Na perspectiva de *zona catalisadora*, a escola produz-se não como ponto de partida da ação cultural, mas como um atravessamento de movimentos com variadas proveniências; como um *arranjo* energético, catalisador de saberes, na medida em que modifica as velocidades e a direção dos fluxos, como uma espécie de zona de intensidades sem centro, vislumbrando as trocas de saberes e possibilitando novas configurações que não necessariamente escola.

Para tanto, liga-se a uma análise que propõe um estranhamento ao que convencionalmente é chamado de escola, entendida como uma instituição moderna com função educativa e normalizadora. Se tomada neste sentido, a análise conecta a escola à educação e à ação pedagógica, confirmando-a como espaço estriado, marcado pelos movimentos de reterritorialização.

O devir da escola como *zona catalisadora* traça uma trajetória que parte deste estranhamento a ponto de abandonar o termo escola, para abordá-la como uma máquina, um *arranjo* de multiplicidades que, enquanto atravessamento, torna-se um espaço liso, possuindo contornos mutantes ligados aos movimentos de desterritorialização – da escola, da educação, do currículo, da cultura, do conhecimento....

A escola passa ser considerada, nesta abordagem, como acontecimentos com traços singulares compostos pela heterogeneidade de elementos e ordenações distintas dos resultados e dos trajetos bem definidos. Tais ordenações cortam o espaço, marcando a polivocidade existente nesta máquina conectada a outras máquinas. Neste sentido, a escola não é tomada como um bloco estático, homogêneo e monolítico, mas como um *arranjo* polifônico, em movimentos descontínuos, traçados em uma zona de aberturas sobre uma superfície rica para as análises.

A escola como um *arranjo maquínico* é uma máquina de máquinas. Ao considerar o exemplo de uma máscara, produzida a partir de uma folha de palmeira, que foi encontrada sobre um banco do pátio interno de um espaço escolar, podemos abordar cada um dos elementos citados – máscara, folha, palmeira, banco, pátio... – como objetos parciais, máquinas com proveniências distintas que compõem um processo de produção. O momento de produção da

máscara é um corte possível neste processo que a associa a uma atividade envolvendo aluno/a, energia, pigmentos, água, luz, vento, fibra natural, mesa, professor/a, funcionário/a, vassoura, lixo, alimento, suor, madeira, tijolos e outros tantos componentes maquínicos que atravessam outras máquinas. Não há palmeiras plantadas nas dependências do espaço institucional. Ela foi parcialmente levada por algo/alguém que carregou sua folha. A folha, produção da palmeira, contém seiva, solo, raios solares, chuva, ar, insetos... cortados e capturados por uma máquina (palmeira) que agora liga-se a outras produções de máquinas. O banco vinculado ao pátio também é uma máquina que pode indicar vários acontecimentos, cujas proveniências possibilitaram sua presença naquele espaço e momento. O banco de concreto é um produto que se conecta às produções de cal, areia, cimento, trabalho... O banco liga-se à máscara na ocasião em que ela foi deixada (por esquecimento, por abandono) por alguém. Este alguém também é uma máquina produzida de vários atravessamentos de diversos fluxos. Ele/a atravessa e é atravessado/a pela sala de aula, pela família, pela folha, pela escola, pela comunidade, pela cidade, pelo pátio, estabelecendo disjunções/conjunções de elementos heterogêneos e descontínuos em uma composição singular. Este alguém como máquina processa alimentos, produz energia, consome a palmeira quando transforma folha em máscara. Estas são algumas trajetórias possíveis entre tantas que marcam a multiplicidade a partir de um objeto.

O exemplo apontado abandona a noção de sujeito porque, se a produção está inserida no produto, não há mais como separar sujeito e objeto, há somente máquinas, composições heterogêneas arranjadas e rearranjadas.

Esta abordagem referente à máquina possibilita apreender os devires da escola enquanto máquinas de diferentes naturezas: *máquina burocrática de Estado*, instauradora de espaços estriados; e, *máquina de guerra*, produtora de espaços lisos.

A escola, quando propõe caminhos bem definidos e trajetos delimitados como conhecimento sistematizado (de uma nova identidade cultural), institui um espaço estriado erigido, através da *máquina burocrática*, que captura e organiza as multiplicidades em movimentos de reterritorialização.

Uma *zona catalisadora de saberes* envolve tentativas de construção de um espaço liso quando desterritorializa, podendo transformar-se em *máquina de guerra*. Ele gera várias rupturas: renuncia à relação hierárquica entre saberes e conhecimento, a qual tende a reduzir os saberes locais a um senso comum; separa-se do aspecto funcional da escola relacionado à educação e à ação pedagógica e ao currículo com fins bem orientados; e, apreende as atividades como afirmação das multiplicidades que não estão subordinadas à noção de trabalho produtivo, nem submetidas pelo trabalho pedagógico.

Uma *zona catalisadora* engendra uma polivocidade que prioriza os saberes em detrimento da cultura, por considerá-la um território da subjetividade *capitalística*. Ela se torna uma produtora de trocas porque ativa saberes que

interceptam e desordenam a noção de cultura. Desta forma, não há mais cultura(s) e conhecimento(s), há somente diferentes saberes. Isto implica numa ruptura com a ação pedagógica e com o compromisso de aprendizagem.

Existe uma tendência da escola em pedagogizar todas as atividades numa perspectiva totalizante, que busca absorver as multiplicidades, reduzindo-as a uma dimensão pedagógica. Esta ação pedagógica, seja com caráter disciplinar, seja com caráter emancipador, realiza um movimento de captura do que é lhe é exterior para tornar “próprio” do currículo.

Uma *zona catalisadora de saberes* não possui compromisso com uma aprendizagem para apreensão de um conhecimento. Deste modo, não há orientação, nem intencionalidade pedagógica. Este devir possibilita a potencialização das trocas pela mistura dos elementos de diferentes universos referenciais, que se desdobram em ações com sentidos e vetores variados, distribuindo-se em rede. Nele, os saberes não estão hierarquizados, não sendo possível hierarquizar seus detentores. Há diferentes tipos de suportes de saberes – humanos e não-humanos – capazes de disparar as trocas. Com isso, desaparece o responsável (sujeito) pelo resultado da ação, fazendo os saberes circularem.

Os saberes locais possuem diferentes elementos que conformam territórios possíveis de constituir processos de singularização, ou modos de subjetivação singulares, os quais estão vinculados à criação como afirmação da diferença.

Os processos singulares são criativos porque eles desordenam as organizações institucionais, curriculares, cognitivas, pedagógicas e produtivistas, que têm fins e orientações bem definidos, com objetivos a serem atingidos na ação educativa e na realização política. Estas desordenações instituem novas ordens que embaralham os códigos, os elementos, as matérias expressivas, percorrem diferentes universos referenciais e inventam modos e corporeidades existenciais incomparáveis. Desta forma, na perspectiva de uma *zona catalisadora*, a diferença é afirmada e exercida por não estar em relação a nenhum critério de igualdade, de medição, de comparação e, por isso, não se constitui como negação. A diferença aparece em relação à diferença, tornando-se, então, incomensurável, já que os critérios comparativos desaparecem.

Os processos criativos abandonam as representações. Eles engendram novas composições ordenadas, diferentemente da lógica *capitalística*, gerando uma quebra, uma ruptura, um rasgo, uma interceptação desta lógica que funciona pela distribuição das coisas em escalas quantificáveis.

As invenções dos processos criativos, produzidas na *zona catalisadora*, distinguem-se da criatividade, fomentada pela escola. Esta criatividade muitas vezes é entendida como um resultado estético a ser atingido, mediante critérios técnicos, artísticos, pedagógicos, que quantificam o valor e a aptidão do objeto/autor possíveis de reconhecimento em espaços formais ou no mercado. O reconhecimento da criatividade envolve investimentos de inclusão e integração social num sistema rígido de valores. As produções da *zona catalisadora*

desconectam-se desse sistema de valores, uma vez que não possuem compromisso com a inclusão.

A ativação das trocas e dos saberes podem configurar oficinas e atividades desvinculadas dos resultados, do compromisso de aprendizagem e do trabalho pedagógico.

Algumas leituras de Marx apontam para uma diferenciação entre atividade e trabalho. Refiro-me ao artigo de Maurício V. Martins (1992) que, a partir de análises dos *Manuscritos de 44*, discute os respectivos conceitos. A atividade se processa nas mais variadas manifestações da existência humana como ouvir música, assistir a um espetáculo, sentir, observar, perceber, desejar, atuar, conforme exemplos elencados por Marx. O trabalho é o particular modo de atividade que se exerce sob pressão, relacionado, sobretudo, à luta cotidiana da espécie para assegurar sua sobrevivência. O referido autor assinala o fragmento em que Marx cita Hegel:

Hegel se coloca no ponto de vista da Economia Política moderna. Concebe o trabalho, não como a essência do homem que se prova a si mesmo; ele só vê o aspecto positivo do trabalho, não seu aspecto negativo. O trabalho é o dever para si do homem dentro da alienação ou como homem alienado (p. 30, grifado no original).

Para Marx a atividade abrange o processo vital “(...) pois o que é a vida, senão atividade?” (ibidem, p.19). Neste sentido, a atividade afirma a multiplicidade, os fluxos e as transformações incessantes.

O trabalho é uma “atividade alienada (estranhada) em que o homem se perde a si mesmo porque não consegue se reconhecer em seu percurso” (ibidem, p. 8). Ele envolve um tipo de ordenação que extrai de multiplicidades elementos dispostos e finalizados em resultados. As operações utilizadas para atingir estes resultados apartam os elementos dos processos de produção, isto é, separam o produtor do produto. Deste modo, operar pelo trabalho requer a “necessidade” de reconhecimento e reapropriação atingidos através da reflexão crítica.

As atividades e as oficinas, na perspectiva de *zona catalisadora*, são possibilidades de realização de cartografias “em ato”, marcando as trajetórias dos/pelos elementos envolvidos em composições singulares. Não há necessidade de reconhecimento porque os componentes não são apartados da produção. Ocorrem significações associadas à produção e às maneiras de produzir que são inseparáveis dos contextos.

Os processos criativos consistem num desvio do trabalho pedagógico, tornando a *zona catalisadora* um espaço mutante que não propõe nenhum caminho a ser percorrido, nem fixa um trajeto. Não há uma anterioridade de percurso. O percurso é marcado no processo, sendo impossível enquadrá-lo em um projeto.

As atividades que atravessam a *zona catalisadora* priorizam o processo, divergindo do trabalho, abandonando os resultados, considerando a realização das atividades que produzem efeitos (resultados *parciais*) capazes de realimentarem esses processos num movimento de criação infinito.

Política cultural como currículo produtor de subjetividades

O currículo constitui a base central do ensino. Nele, hoje depositam-se várias perspectivas de transformações e/ou reformas, reforçando-o enquanto alvo das ações pedagógicas e culturais.

A concepção moderna e disciplinar de sociedade utiliza a educação como um dos instrumentos para garantir a integração através da participação dos indivíduos iguais, em unidades pertencentes a uma totalidade. Esta educação visa assegurar a cidadania, organizando uma espécie de programa, ordenado pelo currículo, que prepara para o exercício dos direitos e deveres. Tal concepção denota o currículo como um “programa”, que visa atingir resultados. O programa configura um roteiro de execuções que se encontra associado às práticas disciplinares. Este roteiro objetiva um fim, através de um percurso calculado que busca um melhor desempenho. Para tanto, a disciplina faz-se necessária uma vez que, conforme Foucault (op. cit., p.147) corresponde à *arte das distribuições* dos indivíduos no espaço e no tempo, conformando uma técnica de poder “capaz de compor forças para um aparelho eficiente”. A disciplina, além de normalizar os indivíduos, distribui saberes, delimitando campos do conhecimento como matérias (conteúdos) curriculares. Desta forma segrega, diferencia e hierarquiza saberes e conhecimentos. Como elemento que delinea os territórios identitários, o currículo através da eleição do padrão e do reconhecimento pela representação, opera por analogias, semelhanças e igualdades. A operacionalização dos resultados desdobra-se na produção de identidades, corroborando um maior controle através de uma sujeição subjetiva.

As propostas de currículo alternativas ou reformadoras, tais como as que se utilizam de substratos como identidade e representação, incrementam a subjetividade capitalística por extensão, ampliando o repertório das identidades reconhecíveis. Os limites dos territórios identitários são fronteiras fixas como muros sólidos. Neles, existem frestas e rachaduras toleráveis à modificações relativas, que não abalam seus alicerces selecionados enquanto origem/essência.

Ocasionalmente, quando o currículo é tomado como atalho, corte, abre-se um espectro de possibilidades que modificam os limites e a lógica instituída pela subjetividade capitalística. Ele deixa de ser o centro e passa ser zona de atravessamento, na medida em que comporta muito mais do que matérias de um curso, de difusão de conhecimento e de cultura, tornando-se um espaço provisório de transformações. Os limites tornam-se mutantes, visto que são

priorizados os processos e os ritmos dos grupos envolvidos, em detrimento da economia dos tempos e dos resultados. Os cortes geram criações. Não há a fixidez constitutiva das representações que buscam preservar a origem, o ideal. Pelos cortes passam os fluxos-desejos que se tornam incomensuráveis e incomparáveis porque não há mais padrões. Não há mais muros que guardam essências, mas sim contornos mutantes, dobras movediças. Uma concepção de política cultural que aponta o *devir-zona catalisadora*, não mais escola, não considera o currículo como o centro da ação pedagógica e cultural, mas como um atravessamento, uma máquina, investindo nas possibilidades de criação.

O currículo como programa pode ser comparado a uma rede. Porém, não como uma rede, no sentido apontado por Foucault, com suas descontinuidades, saltos, tensões e multiplicidades de cruzamentos de fluxos, onde ocorre a dissolução do Eu e da origem. Ao contrário, uma espécie de rede de encanamento com orientação predefinida que organiza o escoamento dos fluxos-desejos: canaliza, barra, represa, reorienta. A rede de encanamento “curricular” funciona como infra-estrutura básica do conhecimento com caráter funcional e produtivista. No entanto, o currículo concebido como corte, provoca a ruptura dos canos, fazendo jorrar, mesmo que momentaneamente, as linhas de fuga, as diferenças, as singularidades. Não é mais possível apreender, reduzir ao currículo uma infinidade de multiplicidades.

As desterritorializações podem ser reterritorializadas pela escola, pelo currículo, pela cultura, pela subjetividade capitalística. Uma *zona catalisadora* constitui arranjos maquínicos possíveis de gerar desterritorializações, escapando de capturas e produzindo novos devires, novas subjetividades, sempre de passagem...

Notas

1. O presente artigo traz algumas discussões que apresentei na minha Proposta de Dissertação intitulada “Escola como pólo cultural: contornos mutantes em fronteiras fixas”, orientada pela Profa. Dra. Sandra Mara Corazza, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em março de 2000.
2. O saber é composto de práticas, *práticas discursivas de enunciados, práticas não discursivas de visibilidades*. DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988. Sobre a expressão agenciamento: do francês, *agencement* tem sido traduzido para o português como agenciamento. Porém, a versão mais próxima da idéia de *agencement*, apontada por Deleuze e Guattari, é arranjo, na acepção de arnução, distribuição, disposição, composição. Neste sentido, Arnaldo Marques traduz *agencement* como arranjo. In: DESCAMP, Christian. *As idéias filosóficas contemporâneas na França (1960-1985)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, p. 24. Assim, farei uso da expressão *arranjo*.

3. Faço uso desta palavra para caracterizar um movimento de produção de territórios da lógica capitalística que, através do processamento de estereótipos, esterilizam, de puram e absorvem as diferenças, a fim de reproduzir a lógica dominante. Tal lógica, ao operar pela equivalência, é homogeneizadora.
4. Conforme Nilza Silva, arranjos são (...) *composições de coisas, ações, relações, discursos. A arrumação destes elementos vai se dando nos cruzamentos entre eles, isto é, vai acontecendo nos atravessamentos radicalmente heterogêneos, em vários níveis, direções e sentidos, produzindo novas dimensões.* Eles são maquínicos do desejo e coletivos de enunciação. O maquínico, (...) *não se refere à mecânica, mas à máquina, na acepção de pluralidade de elementos inter-relacionados, de complexidade, de encadeamento, de trama, de enredamento. Maquínico diz respeito à invenção de umas máquinas por outras, à dispersão de uma máquina em outras. Os arranjos fazem funcionar as máquinas técnicas, sociais, políticas, teóricas, religiosas, estéticas, sociais, econômicas, éticas, biológicas, etc., de maneira transversalizada e interceptada.* O desejo é concebido como fluxo, como produção. O coletivo remete à multiplicidade (...) *à indissociabilidade humano/não humano; e enunciação a (...) produções de assígnificantes, embaralhando componentes de representação, linguagem, codificação, etc. (...) a enunciação maquínica apropria-se das memórias e processos não humanos, recorre à fluxos informáticos e midiáticos.* SILVA, Nilza. Grupo: proliferação de arranjos. In: CASTRO, Odair. P. (Org). *Velhice, que idade é esta?* Uma construção psicossocial do envelhecimento. Porto Alegre: Síntese, 1998, p. 189-191.
5. Os termos *desterritorialização* e *reterritorialização* são também utilizados por Canclini. Este autor atribui um sentido que difere dos conceitos propostos por Deleuze e Guattari. Canclini refere-os como dois processos: (...) *a perda da relação "natural" da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas realocações territoriais relativas, parciais das velhas e novas produções simbólicas.* Ele deposita nesses dois processos "as buscas mais radicais" sobre o significado de entrar e sair da Modernidade. Enquanto Deleuze e Guattari significam estes conceitos como movimentos da subjetividade, Canclini busca documentar, através daqueles processos, as transformações das culturas contemporâneas, a transnacionalização dos mercados simbólicos e as migrações, apontando a necessidade de elaborar "uma cartografia alternativa do espaço social" sustentada nas noções de "circuito" e "fronteira". Desta forma, percebe-se o uso do termo "cartografia" como procedimento de construção de mapas dos movimentos sociais. CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade.* São Paulo, Edusp, 1997, p. 309-314.
6. A *sociedade de controle* para Deleuze constitui-se numa mutação da *sociedade Disciplinar* analisada por Foucault. DELEUZE, *Conversações.* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
7. Deleuze e Guattari propõem o termo "guerra" a partir do conceito de Clausewitz na obra *De la guerre: A guerra é a continuação das relações políticas por outros meios.* Cf. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.* Rio de Janeiro: Editora 34, vol. 5, 1997, p. 105.

Referências Bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean. "Modernité". In: *Biennale de Paris*. La modernité ou l'esprit du temps. Paris: Editions L'Esquerre, 1982.
- _____. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Ed. 70, s/d.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.
- _____. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- DECOMBES, Vincent. *Lo mismo y lo otro: cuarenta y cinco años de Filosofía Francesa (1933-1978)*. Madrid: Cátedra Teorema, 1988.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo – capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim, s/d.
- _____. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, v. 1.
- _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, v. 5.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- _____. *O pensamento nômade*. In: MARTON, Scarlett (Org.). *Nietzsche hoje?* São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 5-76.
- _____. *O Ato de criação*. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 jun. 1999.
- DESCAMP, Christian. *As idéias filosóficas contemporâneas na França (1960-1985)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 2a. edição, 1981.
- _____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Vozes: Petrópolis, 1986.
- SILVA, Nilza. *Grupo: proliferação de arranjos*. In: CASTRO, Odair. P.(Org.). *Velhice, que idade é esta? Uma construção psicossocial do envelhecimento*. Porto Alegre: Síntese, 1998. p. 187-196.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. *Da produção de subjetividade*. In: PARENTE, André (Org.). *Imagem-máquina*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1996, p. 177-191.
- HARVEY, David. *Capitalismo, a fábrica da fragmentação e do pós-modernismo*. Zero Hora, Porto Alegre, 18 mar, 1995.
- KROEF, Ada. *Cultura: Efeitos e afetos. A paixão de aprender*. SMED – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, n. 11, p. 34-40, mar. 1999.

_____. *Escola como pólo cultural: contornos mutantes em fronteiras fixas*. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 2000. Proposta de Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

KROEF, Ada et alli. "Política cultural e a escola como Pólo Cultural". In: SILVA, Luis Heron da (Org). *Escola Cidadã: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.159-162.

LEFEBVRE, Henri. *Introdução à Modernidade*. Prelúdios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEMBO, Antônio & SARDELLA, Antônio. *Química*. São Paulo, Ática, 1981, vol 2.

MARTINS, Maurício V. *Marxismo e Subjetividade: Uma leitura dos manuscritos de 44*. In: BAPTISTA, Luis Antônio (Org.) Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política. Rio de Janeiro, UFF, Ano I, vol.1, dez.91-dez. 92, p. 11-43.

Ada Beatriz Gallicchio Kroef é socióloga, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e bolsista da CAPES.

Endereço para correspondência:

Rua Voluntários da Pátria, 370 – Tarumã
94410-415 – Viamão – RS
E-mail: adakroef@uol.com.br